



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10604 - Resumo Expandido - Pôster - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 01 - História da Educação

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM FOZ DO IGUAÇU/PR (1976-2000)**

Deisiane Leite da Silva Santos - UNIOESTE/CAMPUS CASCAVEL - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

### **A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM FOZ DO IGUAÇU/PR (1976-2000)**

Este trabalho integra a pesquisa de mestrado em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Cascavel, na linha de pesquisa de História da Educação. Está constituído mediante estudo bibliográfico e levantamento de fontes documentais junto à Secretaria Municipal de Educação (SMED) e aos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), a partir de relatórios, fontes iconográficas, projetos pedagógicos e legislação pertinente.

A Educação Infantil integra a primeira etapa da educação básica no sistema de ensino brasileiro. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEIs, é oferecida em creches e pré-escolas; espaços institucionais com a finalidade de educar e cuidar de crianças de 0 a 5 anos de idade sob a regulação e supervisão de órgão competente do sistema de ensino (BRASIL, 2009)

A Educação Infantil encontra-se respaldada pela legislação e sendo estruturada por meio das políticas curriculares, porém, é notória a visão contraditória em relação ao seu atendimento, sendo ainda julgada e tratada como assistencialismo pela sociedade.

Conforme Arce e Martins:

[...] consideramos que a educação infantil é integrante da educação escolar e, como tal, responsável pela transmissão planejada dos conhecimentos historicamente sistematizados. Assim sendo, o ensino de EI não pode ser tratado como questão de menor importância, muito menos imiscuído às interpretações, no mínimo, preconceituosas sobre o ato de ensinar e sobre a

escola (ARCE; MARTINS, 2007, p.7).

Este estudo tem como propósito contribuir com as pesquisas acerca do tema, por meio de um recorte local, tendo como objetivo examinar a constituição das primeiras instituições de Educação Infantil em Foz do Iguaçu, valorizando a trajetória e a memória da primeira etapa da Educação Básica no município.

Temos como objetivo discutir os fatores socioeconômicos e político envolvidos na organização e estruturação da EI em Foz do Iguaçu. Em âmbito nacional, a trajetória da EI teve início seguindo os modelos europeus, sendo modificada de acordo com os acontecimentos e as especificidades de cada região, resultado das reivindicações da classe trabalhadora como direito e necessidade para seus filhos (ARCE, 2010).

Até meados do século XIII, a criança era vista como um adulto em miniatura, sendo exposta aos mesmos costumes dos adultos, sem tratamento diferenciado, não havendo a existência de sentimento pela infância, "[...] na sociedade medieval a criança a partir do momento em que passava a agir sem solicitude de sua mãe, ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes" (ARIÈS, 1986, p.156).

A partir de iniciativas assistenciais e filantrópicas, articuladas aos interesses jurídicos, empresariais, políticos, médicos, pedagógicos e religiosos, cada setor “[...] apresentava as suas justificativas para a implementação de creches, asilos e jardins de infância onde seus agentes promoveriam a constituição de associações assistenciais privadas” (KUHLMANN JR., 2010, p.88).

Com a industrialização no Brasil, a partir de 1930, com a incorporação da mulher no mercado de trabalho, os movimentos operários ganharam força reivindicando melhores condições de trabalho e a criação de instituições de educação e de cuidados para seus filhos. Para tanto são criadas vilas operárias, clubes esportivos e, também, creches e escolas maternais para os filhos dos operários (OLIVEIRA, 1992, p.18).

Nos anos de 1980, movimentos sociais, organizações não-governamentais e pesquisadores da área da infância, pautam o direito das crianças à educação de qualidade, desde o nascimento. O esforço coletivo dos diversos segmentos visava assegurar na Constituição, “[...] os princípios e as obrigações do Estado com as crianças (BITTAR, 2003, p.30)”.

Enquanto à classe operária foram ofertadas creches com a ideia de carência e deficiência, à elite foi reservado o Jardim da Infância, com a proposta de educação exclusivamente pedagógica e privilegiada, visando a criatividade e a sociabilidade, servindo “como uma estratégia de propaganda mercadológica para atrair as famílias abastadas, como uma atribuição do jardim de infância para os ricos, que não poderia ser confundido com asilos e creches para os pobres” (KUHLMANN, 2010, p. 81).

O Município de Foz do Iguaçu faz fronteiras com outros dois países: Paraguai e

Argentina, denominada também como “Tríplice Fronteira”, apresentando uma população com diversidades de raças e etnias além do aumento de números de habitantes. A ocupação em Foz do Iguaçu iniciou a partir da criação da Colônia Militar do Iguassú (1889), e que se desenvolveu com a construção da hidrelétrica de ITAIPU (1971-1982).

Porém, somente com a emancipação em 1914, é que surgiu a necessidade de se criar uma casa escolar, fundada e mantida pelo município entre 1915 e 1916. Somente em 1927 foi instalado o Grupo Escolar Caetano Munhoz da Rocha através do acordo entre Estado e Igreja, com iniciativa por parte do Estado em institucionalizar a educação no Oeste do Paraná.

Souza e Malanchen (2021) apontam que a transferência da EI da Secretaria Municipal da Assistência Social para Secretaria Municipal de Educação ocorreu somente em 2005, com o Decreto Municipal nº 16.593/2005, a partir do dia 1º de Agosto de 2005, “ainda que estivesse prevista na LDB de 1996. Até então, o número de creches era muito limitado e sua função era acolher as crianças nos horários de trabalho das mães” (SOUZA; MALANCHEN, 2021, p. 139).

A primeira instituição de ensino público de Foz do Iguaçu a atender crianças foi o atual CMEI Soldadinho de Chumbo, em 1976. Inicialmente, funcionou como centro comunitário por três anos. Após reivindicação da associação do bairro ao prefeito Clóvis Cunha Viana, em 1980, passa a ser implantada, junto ao centro comunitário, a creche para atender as crianças da comunidade, coordenada pelas irmãs do Colégio São José (PPP, 2021b).

No dia dez de junho de 1995, inaugurado o Berçário destinado a atender às crianças de zero a dois anos de idade, recebeu o nome da professora Terezinha de Lima, que trabalhava no clube e era voluntária na entidade. Somente em 1997, na gestão do prefeito Harry Daijó, pelo Decreto Municipal nº 11.3779 de 07/07/1997, o CMEI Soldadinho de Chumbo foi oficialmente inaugurado, atendendo crianças de três a seis anos de idade, anexo à creche e ao Posto de Saúde do bairro.

A segunda instituição foi o CMEI São Francisco, fundada em 10 de junho de 1983, fruto da reivindicação da comunidade local ao Poder Público e ao prefeito Clóvis Cunha Viana para a construção de uma creche no bairro. A creche era gerida pela Secretaria do Bem-Estar Social, vinculada à Secretaria da Saúde e mantida pela LBA (Legião Brasileira de Assistência). Junto à creche mantinha-se a horta comunitária, cuidada por adolescentes do bairro no contraturno, supervisionados por um Técnico Agrícola. As verduras produzidas eram vendidas para a comunidade e o dinheiro era dividido, uma parte era revertida para melhorias da creche, e a outra entre os adolescentes como forma de incentivo ao trabalho (PPP, 2020).

O CMEI São Francisco está localizado na Rua Canindé, 1215, no Morumbi II, na região Leste do município. Considerado o maior CMEI da região em números. Em média, 355 alunos de seis meses a seis anos, divididos nos períodos matutino, vespertino e integral, são atendidos diariamente.

Fundado em 22 de maio de 1988, o CMEI Carlos Gauto, é a terceira instituição de ensino público a atender crianças, por meio da doação do terreno à Prefeitura Municipal, feita pelo Sr. Antônio Capelani. Inicialmente, eram atendidas em uma única sala 62 crianças, dos bairros Vila C, Porto Belo e São Sebastião.

No decorrer do desenvolvimento desta pesquisa em andamento, verificamos o desprovimento de trabalhos que elucidam a lacuna existente na história da educação infantil em Foz do Iguaçu entre os anos de 1976 e 2000. Reafirmando assim, a relevância de apresentar as discussões até aqui resultadas para os pesquisadores, alunos, professores e comunidade no geral.

Por fim, podemos considerar que a institucionalização da educação infantil no município não se difere do contexto das demais cidades brasileiras, visto que os primeiros movimentos e incentivos partem da comunidade onde a instituição está inserida, de acordo com a necessidade dos moradores locais, ou seja, um lugar para acolher as crianças enquanto a família cumpre com seus afazeres trabalhistas, com caráter assistencialista.

Em face desses apontamentos, consideramos que a Educação Infantil vem constituindo sua história mediante um processo de ampliação e expansão do atendimento por meio de políticas que visam atender necessidades sociais. Por outro lado, existe ainda um longo caminho a ser percorrido no sentido de garantir o acesso e permanência a todas as crianças na Educação Infantil como direito.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Infantil, Instituições educacionais, Foz do Iguaçu/PR.

## REFERÊNCIAS

ARCE, Alessandra; MARTINS, Ligia Márcia. **Quem tem Medo de Ensinar na educação infantil?:** em defesa do ato de ensinar. São Paulo: Alínea, 2007.

ARCE, Alessandra. **A infância brasileira e a história das ideias pedagógicas:** rastros e traços de uma construção social do ser criança. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** Trad. Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Editora, 1986.

BITTAR, M; SILVA, J.; MOTA, M. A.C. Formulação e implementação da política de Educação Infantil no Brasil. In: **Educação infantil, política, formação e prática docente.** Campo Grande, MS: UCDB, 2003.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília, 2009.

FOZ DO IGUAÇU. Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico CMEI Carlos Gauto**. Secretaria Municipal de Educação – Foz do Iguaçu: Prefeitura Municipal, 2021a.

FOZ DO IGUAÇU. Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico CMEI São Francisco**. Secretaria Municipal de Educação – Foz do Iguaçu: Prefeitura Municipal, 2020.

FOZ DO IGUAÇU. Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico CMEI Soldadinho de Chumbo**. Secretaria Municipal de Educação – Foz do Iguaçu: Prefeitura Municipal, 2021b.

KUHLMANN JR., M. **Infância e educação Infantil: uma abordagem histórica**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

OLIVEIRA, Zilma Moraes R. **Creches: Crianças, faz de conta & Cia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**. 2009. Campinas, SP, v. 9, n. 33, p. 78–95, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555>. Acesso em: 07 de set. de 2020.

SILVA, Otavio Henrique Ferreira; SOARES, Ademilson de Sousa. **Educação infantil no Brasil: história e desafios contemporâneos. Argumentos Pró-Educação**, Pouso Alegre, v. 2, n. 5, p. 301-320, ago. 2017. <http://dx.doi.org/10.24280/ape.v2i5.200>. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/319339669\\_Educacao\\_infantil\\_no\\_Brasil\\_historia\\_e](https://www.researchgate.net/publication/319339669_Educacao_infantil_no_Brasil_historia_e). Acesso em: 10 jun. 2021.

SOUZA, Susyane Katlyn Thum de; MALANCHEN, Julia. Contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica para a Educação Infantil. In: SILVA, João Carlos *et al* (org.). **História da Escola Pública no Oeste do Paraná**. Uberlândia: Navegando, 2021. P. 135-148. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-historia-da-escola-publica>. Acesso em: 08 jan. 2022.